

Gênero e Educação: uma investigação sobre a publicações em periódicos científicos paranaenses (2017-2020)

Gender and Education: an investigation into publications in scientific journals from Paraná (2017-2020)

Cíntia Régia Rodrigues ¹

Universidade Regional de Blumenau (Blumenau, Santa Catarina, Brasil)

regia_rs@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-3319-3702>

Nadia Maria Guariza ²

Universidade Estadual do Centro Oeste (Irati, Paraná, Brasil)

nadianguariza@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-7608-5560>

Recebido: 27.03.2020

Aprovado: 15.04.2020

1. Introdução

Nos últimos anos o mundo assiste a um embate que se desenvolve em várias esferas sociais, dentre elas a educacional, entre os estudos feministas e os movimentos antigênero. No Brasil isso ficou mais evidente a partir de 2015 com a discussão e a aprovação dos Planos Municipais e Estaduais de Educação, nos quais grupos antigênero

Como citar esse artigo: RODRIGUES, Cíntia Régia; GUARIZA, Nadia Maria História das Mulheres, gênero e diversidade sexual na educação: análise das revistas acadêmicas do estado do Paraná (2017-2020). *Revista Brasileira de Pesquisa Jurídica*, Avaré, v. 1, n. 2, p. 7-24, maio/ago. 2020.

¹ Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), professora do quadro permanente no Departamento de História e Geografia e professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional de Blumenau (FURB). Coordenadora do LADIH – Laboratório de didática da História/FURB.

² Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), professora adjunta do Departamento de História da Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO), campus Irati e professora do Programa de Pós-Graduação em História da UNICENTRO e pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero da UFPR.

articularam uma ofensiva a qualquer palavra que pudesse remeter a questão da diversidade sexual e de gênero no texto final dos planos.

Nesta mesma direção podemos citar a tramitação do projeto de Lei Escola Sem Partido (PLS 193/2016) que se iniciou em junho de 2016 e que visava limitar a atuação dos professores a partir da vigilância ideológica. Se no começo esse projeto objetivava um espectro mais amplo das ideias de esquerda, nos últimos anos de tentativa de sua aprovação acrescentou um número considerável de artigos relativos à proibição das discussões de gênero na escola. Outro exemplo foi o ataque ao programa Brasil sem Homofobia que levou a sua suspensão pelo governo federal em 2010. O programa Brasil sem Homofobia foi criado em 2004 com a finalidade de combater o preconceito e a violência contra a população LGBTI+. Uma parte do programa previa a formação dos docentes para tratar das questões de gênero e de sexualidade na escola e a produção de material didático sobre as mesmas temáticas.

A agenda antigênero também dominou as discussões durante as eleições presidenciais de 2018 e, atualmente, se configura como um dos pontos mais polêmicos e de embate nas políticas do governo federal. Ao mesmo tempo em que se desenvolvia essa ofensiva sobre os estudos de gênero, a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) para os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental estava em discussão e elaboração. As discussões sobre BNCC se iniciaram em 2015 e tiveram mais outras duas versões oficiais. Neste capítulo nos concentraremos na BNCC de História nos anos finais do Ensino Fundamental, porque esta passou por reformulações ligadas à agenda antigênero. Contudo não nos limitamos a ela, a usamos como um marco normativo para respaldar nosso recorte temporal nas pesquisas realizadas em revistas acadêmicas da área da Educação das sete instituições públicas de ensino superior do estado do Paraná.

Não obstante sabermos que gênero é uma categoria interdisciplinar, preferimos direcionar nossa análise na BNCC de História por sermos historiadoras e conhecermos mais a fundo as discussões de gênero em nossa área. Dessa forma, a partir do contexto relatado buscamos analisar de que maneira a categoria gênero foi debatida e pesquisada nas revistas acadêmicas, entendendo que a produção de conhecimento acadêmico se articula com a produção de conhecimento nas escolas e nas políticas públicas.

A opção pelas IES do estado do Paraná se deve à proximidade de atuação das autoras, bem como o fato da discussão da categoria na academia e na Secretaria Estado

da Educação do Paraná (SEED) ter sido intensa nos anos que precedem o período de análise. No estado se multiplicam os grupos e os núcleos de estudo de gênero e a SEED nas primeiras décadas do século XXI criou o Departamento da Diversidade em que entre os temas trabalhados estava as relações de gênero. O Departamento da Diversidade organizou oficinas de formação continuada dos docentes³ da rede pública paranaense e cadernos temáticos⁴ sobre as relações de gênero e a diversidade sexual. É digno de nota, o esforço desse departamento na elaboração e na proposição do uso do nome social nos estabelecimentos de ensino no estado do Paraná⁵.

Consideramos que os episódios em torno da aprovação do Plano Estadual de Educação, em 2015, são emblemáticos do embate entre os estudos feministas e os movimentos antigênero. Realizamos a pesquisa nos sites das IES do estado do Paraná, algumas universidades não possuíam revistas na área de Educação no período proposto para a pesquisa, sendo assim analisamos as que correspondem ao recorte de 2017 a 2020. Portanto, as revistas pesquisadas foram: *Educar em Revista* (UFPR), *REPPE* - Revista de Produtos Educacionais e Pesquisa em Ensino (Universidade Estadual do Norte do Paraná-UENP), *Educere et educare* (Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE), *Educação em Análise* (Universidade Estadual de Londrina-UEL), *Ensino & pesquisa* (Universidade Estadual do Paraná-UNESPAR), *Imagens da Educação* (Universidade Estadual de Maringá-UEM), *Olhar de Professor* (Universidade Estadual de Ponta Grossa-UEPG), *Práxis Educativa* (Universidade Estadual de Ponta Grossa-UEPG), *Revista Brasileira de História da Educação* (Universidade Estadual de Maringá-UEM) e *Teoria e prática da educação* (Universidade Estadual de Maringá-UEM).

Procuramos nestas revistas artigos que tratassem de gênero e/ou de diversidade sexual ou temas que se aproximavam. A partir do levantamento dividimos os artigos em temas e subtemas para expor as questões mais recorrentes em torno das referidas temáticas.

³ A autora, Nadia Maria Guariza, participou de algumas oficinas como docente e como discente.

⁴ O caderno temático intitulado Sexualidade foi publicado em 2009 pelo Núcleo de gênero e diversidade sexual que pertencia ao Departamento da Diversidade. Paraná. Sexualidade. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento da Diversidade. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. Curitiba: SEED, 2009. 216 p.

⁵ Maiores informações da legislação sobre o nome social se encontram no site da SEED dia a dia educação. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1480>. Acesso em: 25. Set. 2020.

2. Os Estudos Feministas e os Movimentos Antigênero

Na historiografia os estudos feministas se desenvolveram a partir da crescente participação das mulheres no mundo acadêmico no final da década de 1960. Scott⁶ comenta como isso se processou nos Estados Unidos com políticas públicas de estímulo ao ingresso das mulheres nas universidades e como isso teve desdobramentos na produção historiográfica da década de 1970 com a escrita de uma história das mulheres.

Nas décadas subsequentes se desenvolveu a categoria gênero como uma forma de analisar os papéis atribuídos às mulheres e aos homens, compreendendo-se que os papéis de gênero são construídos historicamente e que a partir deles se estabelecem relações de poder entre mulheres e homens⁷. Contudo, se o conceito de mulheres foi criticado por não tratar de outros recortes sociais, como classe e raça, a categoria gênero também sofreu críticas por seu essencialismo. Butler em seu livro “Problemas de gênero”⁸ expôs uma série de argumentos que evidenciavam os limites da categoria gênero naquele momento, entre eles, o fato de que as feministas teriam fundamentado suas ideias em pressupostos universalizantes, que tanto criticavam, e na ideia de que o sexo biológico seria fixo.

Para Butler⁹ tanto gênero quanto sexo são construções discursivas baseadas na matriz heterossexual ocidental. Portanto, não seria apenas os gêneros engendrados a partir de sexos biológicos fixos e binários, mas a própria noção de sexo binário natural, na qual se assentava a categoria gênero, não era um dado determinado pela natureza. Os questionamentos de Butler¹⁰ influenciaram uma série de estudos em torno das identidades de gênero e das sexualidades que não se enquadrariam na matriz heterossexual, esses estudos se filiam à teoria *Queer*.

⁶ SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: editora da Universidade Estadual paulista, 1992. p. 63-96.

⁷ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, n. 16, p. 5-22, jul./dez. 1990. p. 86.

⁸ BUTLER, J.. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

⁹ Ibidem.

¹⁰ Ibidem.

No Brasil poderíamos apontar alguns indícios de uma História das Mulheres na História Social escrita na década de 1970¹¹ e no seu aprofundamento nas décadas de 1980 e 1990, inclusive com a incorporação da categoria gênero e, posteriormente, o desenvolvimento de pesquisas no campo dos estudos *Queer*. No campo educacional brasileiro a primeira vez que em documentos oficiais citaram a categoria gênero foi nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), mais especificamente, no Tema Transversal “Orientação Sexual”. Interessante lembrar que vivíamos o contexto da epidemia de AIDS e era uma preocupação da Saúde Pública mundial a discussão sobre formas de prevenção para impedir a transmissão do vírus, no caso brasileiro também havia uma inquietação em relação ao número grande de gravidez na adolescência¹².

Os debates em torno da educação sexual dos estudantes não era novidade, contudo quase sempre se concentrava no estudo de doenças sexualmente transmissíveis, prevenção e métodos contraceptivos. Os PCN, neste sentido, representaram um avanço em propor o estudo das relações de gênero, ou seja, problematizando as relações de poder que muitas vezes impediam que as moças exigissem de seus parceiros o uso do preservativo durante as relações sexuais¹³.

Como mencionado na introdução do capítulo outras iniciativas foram realizadas na esfera do governo federal nas primeiras décadas do século XXI como o Programa Brasil Sem Homofobia. Essas políticas educacionais estavam em consonância com as recomendações da Organização das Nações Unidas (ONU) que havia realizado duas conferências na década de 1990. Em 1994 foi realizada a Conferência Internacional sobre a População e Desenvolvimento, na cidade do Cairo, que em seu relatório indicou mudanças na forma de analisar temas referentes ao controle populacional e ao desenvolvimento sustentável, inserindo discussões acerca da igualdade de gênero.

Na Conferência Mundial sobre as Mulheres em 1995, realizada em Pequim, foram aprofundadas as discussões, destacando três pontos: o conceito de gênero, a noção de empoderamento e o enfoque na transversalidade. O relatório dessa conferência

¹¹ RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). **Cultura histórica em debate**. São Paulo: UNESP, 1995. p. 81-91.

¹² GUARIZA, Nadia Maria. As relações de gênero e o ensino de História. In: Geysso Germinari e Ana Maria R. Gillies. (Org.). **Ensino de História e desafios contemporâneos**. 1ed. Guarapuava: Editora Unicentro, 2017, v. 1, p. 181-196.

¹³ Ibidem.

foi muito importante para enquadrar o direito das mulheres e as problemáticas da desigualdade de gênero como temas inseridos na seara dos Direitos Humanos.

Segundo Junqueira,¹⁴ essas duas conferências da ONU foram emblemáticas na intensificação dos grupos antigênero no combate às ideias de gênero. De acordo com o autor¹⁵ as mobilizações dos grupos antigêneros avançaram a partir das discussões acadêmicas em torno de temas como família, maternidade, divisão sexual e outros, bem como das reivindicações do movimento feminista. A ofensiva reacionária, fundamentalista, de matriz católica se configura como um movimento transnacional e impõe a sua agenda contra a das políticas identitárias de gênero¹⁶. O movimento antigênero criou o termo ideologia de gênero considerando-o uma ameaça moral, articulando o episcopado e setores sociais contrários ao aborto e ao casamento de pessoas LGBTI+, esses grupos se intitulam pró-vida e pró-família.

De acordo com Junqueira,¹⁷ a primeira vez que o termo ideologia de gênero foi empregado foi na nota da Conferência episcopal do Peru em 1998. E em 2000 o papa Bento XVI, em sua conferência sobre os votos de Natal, marca o início da ofensiva da Igreja Católica aos estudos feministas. A partir desse momento, a ofensiva toma cores de cruzada, implicando em uma mobilização política e discursiva.

Essa mobilização não contou apenas com setores conservadores e reacionários católicos, mas também com a mídia e pessoas envolvidas com a discussão acadêmica. Os movimentos antigênero empregam a estratégia do pânico moral, disseminando um discurso alarmante e elegendo inimigos que estariam atacando a família, o casamento, a inocência das crianças, a sociedade enfim¹⁸. Para Scott,¹⁹ uma das estratégias discursivas dos movimentos antigênero é a negação das pesquisas e das discussões feministas, seja por meio do questionamento de seus dados sobre o aborto, seja pela idiotização das estudiosas de gênero. Gaël Brustier²⁰ analisa o desenvolvimento do

¹⁴ JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da ideologia de gênero: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Revista Psicologia Política**. V. 17, n. 43, p. 449-502. Set/dez, 18.

¹⁵ *Ibidem*.

¹⁶ *Ibidem*, p. 451.

¹⁷ *Ibidem*.

¹⁸ *Ibidem*, p. 486.

¹⁹ SCOTT, Joan. Usos e abusos do gênero. **Projeto História**, São Paulo, n. 45, p. 327-351, dez, 2012.

²⁰ BRUSTIER, Gaël. France. In: KOVÁTS, Eszter; POIM, Maari (coord.). **Gender as symbolic glue: the position and role of conservative and far right parties in the anti-gender mobilizations in Europe**. Foundation for European Progressive Studies. 2015. p. 19-39.

movimento antigênero na França, entre os anos de 2012 e 2013. Esse movimento reuniu milhares de pessoas nas ruas de Paris contra o casamento gay.

As mobilizações começaram antes das eleições locais de 2014 e serviram para desestabilizar o governo de esquerda da França. Esses movimentos tinham como defensores intelectuais conservadores de direita. Os movimentos antigênero promovem iniciativas para “impor” sua agenda conservadora ao parlamento e ao presidente, os governos se sentem acuados e atendem as pautas destes movimentos, em detrimento dos outros movimentos sociais. Segundo a autora, esses movimentos agem por meio do pânico moral, ou seja, espalham boatos sobre a ideologia de gênero, como o perigo às famílias e o estímulo à pedofilia.

A população, diante das acusações proferidas por lideranças religiosas aos estudos de gênero apavora-se com a possibilidade de seus filhos estarem vulneráveis na escola à ideologia de gênero, o que provoca a mobilização de milhares de pessoas. É clara a associação desse movimento com uma tentativa da direita em recuperar o seu poder na sociedade, inserindo outras pautas conservadoras por intermédio do pânico. Como pretensos defensores da família, os partidos de direita, mobilizam a população e conseguem avançar em sua agenda conservadora.

Somando-se a isso a atual crise econômica mundial, geradora de inúmeras insatisfações e temores por parte da população, os grupos de direita têm capitalizado estes sentimentos no sentido de reconquistar os espaços perdidos na sociedade, enquanto isso, os movimentos sociais, como os LGBTI+, ficam isolados e não conseguem efetivar as suas pautas, como a questão do casamento gay.

3. Os Temas das Diversidades de Gênero e Sexualidade na BNCC

Em várias esferas temos observado que as questões de gênero e sexualidade são temas que cada vez mais se fazem presentes no cenário das lutas democráticas no país. No campo da educação, a Escola, uma instituição democrática – é um espaço para a diálogo, socialização de experiências e produção de conhecimento entre diferentes grupos e sujeitos, que são representados nela. É, portanto uma instituição social onde se articulam as compreensões do mundo social no qual os indivíduos estão inseridos, é um lugar de processos de sociabilidades, como ressalta Seffner,

(...) a escola é em geral a primeira e bastante longa experiência de pluralismo na vida de crianças e jovens, aprendizado das regras que vigem no espaço público, pautadas pela negociação das diferenças, (...) sem recursos a exclusões²¹.

Assim, a escola detém a função de concretizar ações educativas que reconheçam as diversidades e os Direitos Humanos em geral, e tal responsabilidade está atrelada a adoção de políticas educacionais por parte do Estado. Em especial, no presente item iremos abordar como as questões de gênero e sexualidade são tratados na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Primeiramente, lançamos um breve histórico sobre a elaboração da mesma, para então adentrarmos especificamente nas reflexões propostas no documento, em especial para a área da História.

A BNCC foi homologada em 2017, sendo aprovada pelo Conselho Nacional de Educação para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental no mesmo ano e para o Ensino Médio em 2018, e desde então tem sido pano de fundo de intensos debates, num contexto mais amplo, que se relaciona aos campos de disputas de grupos conversadores, em sua grande maioria formada por grupos religiosos e estudiosos que têm se articulado em favor de algumas pautas em comum, como a agenda antigênero conforme já assinalado anteriormente.

No seu projeto inicial, a BNCC, a partir do Plano Nacional de Educação (PNE), em 2014, deve servir como um documento normativo, constituindo os objetivos de aprendizagem aos estudantes da educação básica do país, inclusive também deveria contemplar instruções concernentes aos temas Gênero e Sexualidade. No entanto, é importante salientarmos que as palavras Gênero e Orientação Sexual foram suprimidas do PNE, observando um claro retrocesso histórico, uma vez que em 1997, quando da elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), foi incluída a questão da orientação sexual, devendo ser trabalhada como um tema transversal, mesmo que vários estudos assinalem que tenham verificado problemas no tratamento da sexualidade a partir do aspecto biológico e o questionamento raso das questões de gênero. De acordo com Guariza, no que diz respeito aos PCN específicos de História não se encontra uma referência clara nos temas e conteúdos sobre as temáticas de gênero, apenas quando

²¹ SEFFNER, Fernando. Escola pública e função docente: pluralismo democrático, história e liberdade de ensinar. In: MACHADO, André; TOLEDO, Maria Rita. **Golpes na História e na escola: O Brasil e a América Latina nos Séculos XX e XXI**. São Paulo: Cortez, 2017, página 203.

aborda os eixos transversais, o documento aponta para a viabilidade da análise histórica articular discussões sobre gênero²².

Consta como objetivo primordial da BNCC: “(...) ser a balizadora da qualidade da educação no País por meio do estabelecimento de um patamar de aprendizagem e desenvolvimento a que todos os alunos têm direito”²³. O documento da BNCC é estruturado em: a) textos introdutórios - geral, por etapa e por áreas, dentre as quais Linguagens, Ciências da Natureza, Matemática, Ensino Religioso e as Ciências Humanas; b) competências gerais que os alunos devem desenvolver ao longo de todas as etapas da Educação Básica; c) competências específicas de cada área do conhecimento e dos componentes curriculares e d) direitos de Aprendizagem ou habilidades relativas a diversos objetos de conhecimento (conteúdos, conceitos e processos) que os alunos devem desenvolver em cada etapa da Educação Básica — da Educação Infantil ao Ensino Médio. As competências são delimitadas como:

(...) a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho²⁴.

O componente curricular História na BNCC, ensino fundamental – anos finais, integra a área das Ciências Humanas, sendo que existe um quadro de competências específicas para a referida área. Durante o seu processo de elaboração houveram grandes disputas teóricas e políticas entre a equipe, o próprio Ministério da Educação (MEC) e ainda de grupos externos, em torno da seleção de temas que deveriam congregiar o documento. Além dessas querelas inerentes à construção de um Currículo, ocorreu o Golpe Parlamentar que depôs da Presidenta eleita Dilma Rousseff, em 2016, que acarretou a troca da gestão do MEC, por consequência modificando a equipe que elaborava a BNCC, causando vários embates em torno do componente curricular História.

²² GUARIZA, N. M. As relações de gênero e o ensino de história: a análise dos PCN e das DCE. In: GERMINARI, G. D.; GILLES, A. M. (Org.). **Ensino de história e debates contemporâneos**. Guarapuava: Unicentro, 2017. p. 181-196.

²³ **BRASIL**. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Base nacional comum curricular. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso em 22 de setembro de 2020.

²⁴ *Ibidem*, p. 10

A versão final do documento foi aprovada pelo Conselho Nacional da Educação e reconhecido pelo MEC em 20 de dezembro de 2017 para o Ensino Fundamental, em meio a diversos protestos de entidades como, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). Inclusive no próprio site da ANPED²⁵ é possível consultar as diversas manifestações sobre o percurso de elaboração da BNCC, bem como o debate de diversos itens em relação aos seus conteúdos. A BNCC destaca que um dos objetivos do componente curricular História é:

(...) estimular a autonomia de pensamento e a capacidade de reconhecer que os indivíduos agem de acordo com a época e o lugar nos quais vivem, de forma a preservar ou transformar seus hábitos e condutas. *A percepção de que existe uma grande diversidade de sujeitos e histórias* estimula o pensamento crítico, a autonomia e a formação para a cidadania²⁶. (grifo nosso).

Vamos refletir sobre parte do objetivo do componente acima citado e grifado, “*A percepção de que existe uma grande diversidade de sujeitos e histórias*”, ao longo do conjunto de conteúdos e procedimentos prescritos no documento, estabelecendo relações com o tema central do presente estudo. Na parte introdutória, o documento destaca que o docente deve ponderar as experiências dos estudantes, a partir de seu cotidiano e o próprio contexto escolar, assim “(...) espera-se que os alunos construam as próprias interpretações, de forma fundamentada e rigorosa”²⁷.

A BNCC inclui os temas sobre a diversidade étnico-cultural na educação, mas ainda é importante aprofundar as discussões em torno das construções de identidade e diferença, pois “(...) os conteúdos propostos nas unidades temáticas e a forma em que são organizadas no documento não rompem com a perspectiva eurocêntrica que distorce, quando não bloqueia, a percepção de nossa experiência histórico-social (...)”²⁸. Observa-se, ainda, a ausência da discussão do tema das diversidades de uma forma mais ampla, que possa estimular o debate, também das diversidades de gênero, que constitui

²⁵ Disponível em: <https://anped.org.br/content/anped-e-bncc-luta-resistencia-e-negacao>. Acesso: 17/09/2020.

²⁶ Ibidem, p. 400.

²⁷ Ibidem, p. 401.

²⁸ FRANCO, Aléxia Pádua, SILVA JUNIOR, GUIMARÃES, Selva. Saberes históricos prescritos na BNCC para o ensino fundamental: tensões e concessões. **Ensino Em Re –Vista**, Uberlândia, MG | v.25 | n. Especial | p. 1016-1035, 2018.

uma demanda importante para a escola democrática e por sua vez para a formação cidadã e plural dos estudantes.

Em se tratando das sete competências específicas para a área de História no Ensino Fundamental, também não é empreendida alguma referência sobre o caráter amplo do termo diversidade, desta forma a categoria gênero não é citada. Verificamos que tanto na descrição dos processos de ensino e aprendizagem da História no Ensino Fundamental – Anos Finais e nas temáticas enunciadas na BNCC, do 6º ao 9º ano, igualmente, não existe referência direta a termos que contribuam com o debate e que se relacionam com a categoria Gênero.

Já nas unidades temáticas, nos objetos de conhecimentos e nas habilidades a serem desenvolvidas para cada ano do Ensino Fundamental Anos Finais (6º ao 9º ano), observamos que no 6º ano, a palavra mulher surge em apenas um objeto de conhecimento, “O papel da mulher na Grécia e em Roma, e no período medieval”, assim nas habilidades figura como, “Descrever e analisar os diferentes papéis sociais das mulheres no mundo antigo e nas sociedades medievais”.²⁹ No 7º ano e 8º ano o tema não é citado, portanto invisibilizado. No nono ano em um objeto de conhecimento é tem-se o tema, “Anarquismo e protagonismo feminino”, e, ainda nas habilidades, consta:

(...) Discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, camponeses, pobres etc.) com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas.³⁰

Portanto, nota-se claramente no documento analisado que há uma supressão do tema das diversidades de Gênero e Sexualidade, limitando o debate na formação do estudante no país. Quais são as ressignificações possíveis no contexto escolar? O currículo norteador da educação básica restringe a prática da democracia, no tema das diversidades. Sabemos que os temas relativos a gênero e à diversidade sexual são parcos na documentação curricular e na produção didática de História, mesmo antes dos movimentos antigênero, a inserção ainda que tímida dessas temáticas se deveu em grande medida à pressão dos movimentos feministas e LGBTI+ e das estudiosas de gênero.

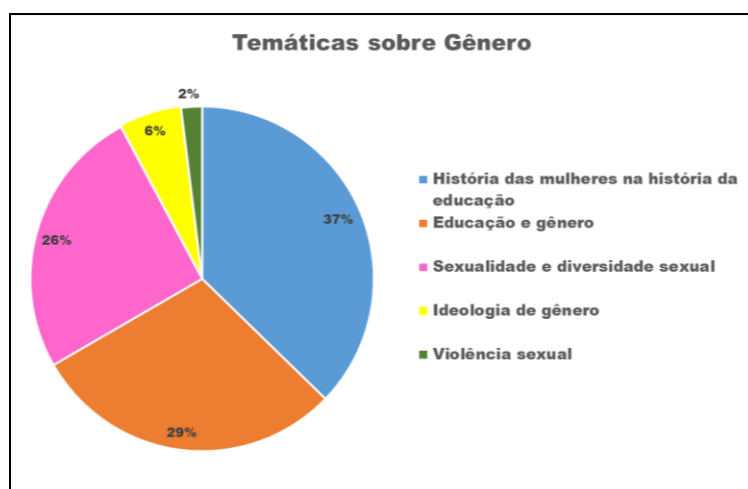
²⁹ Ibidem, p.420-421.

³⁰ Ibidem, p. 431.

Isso não quer dizer que a escola não promova a prática do diálogo, do reconhecimento das diferenças, mas a falta de uma política educacional que integre elementos de discussão em torno da temática, não desconsiderando tentativas pontuais, que confirme e ateste sua importância, reforça sua invisibilização, que por sua vez torna robusto o mosaico de preconceitos no Brasil, avigorando as ações de discriminação e produção de estereótipos, além de restringir a formação do estudante enquanto sujeito e cidadão na educação básica.

4. Revistas acadêmicas de Educação e os temas da História das mulheres, gênero e diversidade sexual

Após levantamento dos artigos que tratavam de assuntos em torno de gênero, diversidade sexual e história das mulheres nas revistas da área de Educação das Instituições de Ensino Superior (IES) do estado do Paraná, encontramos cinquenta e um artigos. Algumas IES não possuem revistas com periodicidade constante e outras não tinham edições dentro do nosso recorte temporal. Os cinquenta e um artigos resolvemos dividir em temas e subtemas para melhor analisá-los. Podemos agrupar os artigos nos seguintes temas: História das Mulheres na educação (com dezenove artigos), Educação e gênero (com quinze artigos), Sexualidade e diversidade sexual (com treze artigos), Ideologia de gênero (com três artigos) e Violência sexual (com um artigo). A composição da amostragem ficou em termos de porcentagem como exposto no gráfico a seguir³¹:



³¹ Gráfico elaborado a partir do levantamento realizado nas revistas acadêmicas.

No tópico *História das Mulheres na Educação* agrupamos, os artigos a partir dos subtemas a seguir: Mulheres e a história da formação de professores, Trajetórias de mulheres na História da Educação e Educação feminina e História da Educação. Dentre os trabalhos que ponderam sobre a participação das mulheres na formação de professores, trazemos o artigo: *As relações entre o feminino e o magistério no Brasil*, de Vera Luísa de Sousa, na revista Olhar de Professor (UEPG), publicado no ano de 2017. Os outros trabalhos que integram o presente subtema trazem discussões sobre o papel da mulher na formação de professores.

No subtema que aborda Biografias de Mulheres na História da Educação, citamos o artigo *Maria Neli Sobreira: história e memória da educação em Juazeiro do Norte*, das autoras, Lia Machado Fiuza Fialho e Zuleide Fernandes de Queiroz, publicado na revista Educar em Revista (UFPR) em 2018. Neste tipo de artigo é ressaltado o papel de mulheres como protagonistas na área educacional.

Articulados ao subtema Educação feminina e História da Educação, encontramos artigos que versaram sobre a educação da mulher em contextos históricos diversos, destacamos o artigo *Ritos, rituais e rotina: educação feminina nos colégios confessionais católicos no século XX*, da autora Samara Mendes Araújo Silva, publicado na Educar em Revista (UFPR), no ano de 2018. Na referida revista é importante destacar que é apresentado um Dossiê temático intitulado *Educação e memórias femininas: interfaces e conexões em contextos históricos ocidentais*, da revista Educar em Revista (UFPR), volume 34, julho/agosto, em 2018. Dessa forma, encontramos um número expressivo de artigos sobre a temática da mulher e a história da educação.

No tema *Educação e gênero* dividimos os artigos nos seguintes subtemas: Experiências de docência a partir do recorte de gênero, Ambiente escolar a partir da perspectiva de gênero e Educação fora do espaço escolar a partir da ótica de gênero.

Entre os artigos que desenvolvem sua análise sobre a formação docente e/ou a atuação profissional a partir da problematização de gênero, podemos citar como exemplo o artigo *Professores homens e desenvolvimento da carreira docente em profissão vista socialmente como feminina* de Josiane Peres Gonçalves e Viviane de Souza Correia de Carvalho na revista Olhar de Professor (UEPG), publicado em 2017.

Assim como este artigo, os demais artigos desse subtema comunicam resultados de pesquisa nas universidades e nas escolas sobre o tornar-se professora e professor.

No subtema Ambiente escolar a partir da perspectiva de gênero, agrupamos artigos que tratavam de pesquisas sobre temas da educação dentro da escola considerando os papéis de gênero. Entre os artigos reunidos nesse subtema citamos o *Casamentos prematuros em Moçambique: causas e consequências de abandono escolar e meninas com futuros destruídos* de Victor Bassiano e Cláudia Araújo de Lima da revista *Imagens da Educação (UEM)*, publicado 2018, que analisa a evasão escolar das meninas em Moçambique por causa do casamento precoce. Nesse subtema há artigos que tratam questões de gênero na educação no espaço escolar, como a sociabilidade de meninas neste espaço.

O subtema Educação fora do espaço escolar a partir da ótica de gênero abriga artigos que abordam educação na prisão e na internet, ou seja, discussões sobre educação para além da escola. Se enquadra nesse subtema o artigo *O direito à leitura na prisão: uma experiência não escolar em presídio feminino no Brasil* de Ana Claudia Ferreira Godinho e Elionaldo Fernandes Julião na revista *Imagens da Educação (UEM)*, publicado em 2019, em que os autores relatam um projeto que tem por finalidade estimular a leitura no espaço prisional feminino.

No tema Sexualidade e Diversidade Sexual, foram reunidos artigos que abordam as discussões sobre educação sexual, diversidade sexual e espaço escolar. Sendo assim dividimos nos seguintes subtemas: Formação docente para trabalhar com sexualidade na escola, Diversidade sexual no ambiente escolar e Políticas educacionais e diversidade sexual. No subtema Formação docente para trabalhar com sexualidade na escola, encontramos uma razoável quantidade de artigos discutindo a formação docente para tratar sexualidade na sala de aula, entre eles podemos citar *Formação de professores/as em gênero e sexualidade: possibilidades e desafios* de Zilene Pereira Soares e Simone Souza Monteiro na *Educar em revista* publicado em 2019.

O subtema Diversidade sexual no ambiente escolar comunica pesquisas realizadas na escola para investigar como o tema sexualidade é compreendido nesse espaço, um exemplo disso é o artigo *O que os professores e alunos perguntam sobre sexualidade?* de Lilian Aparecida Teixeira, Marinez Meneghello Passos, Denis Augusto

Frigo, Virgínia Iara de Andrade Maistro e Sergio de Melo Arruda na revista REPPE (Revista de Produtos Educacionais e Pesquisa em Ensino-UENP), publicado em 2019.

O subtema Políticas educacionais e diversidade sexual agrupa artigos que abordam a questão da educação e diversidade sexual na dimensão macro das políticas públicas. É o caso do artigo *A relação do movimento LGBTI com o estado: apontamentos acerca das contradições que possibilitaram a criação e a implementação da política de combate a homofobia* de Alexandre José Rossi e Jaqueline Marcela Villafuerte Bittencourt na revista Teoria e prática da educação (UEM), publicado no ano de 2020.

Já no tema Ideologia de Gênero foram elencados três artigos, os mesmos integram um subtema, qual seja, Política, Políticas educacionais e Gênero, discutindo o cenário da política conversadora e autoritária no país e sua articulação com a religião, que desemboca nos embates em torno da “ideologia de gênero” e seus impasses nas abordagens de gênero e sexualidade na educação. Destacamos o trabalho *Ideologia de gênero e a retórica conservadora na educação brasileira* de Amanda André de Mendonça na revista *Educere et educare* (Unioeste), divulgado no ano de 2019.

Por fim, no tema Violência Sexual apontamos o único artigo selecionado, intitulado *Violência sexual contra crianças e adolescentes: o silenciamento enquanto marcador do aumento dos casos*, elaborado por Eliane Rose Maio e Márcio de Oliveira na revista Educação em Análise (UEL), publicado no ano de 2017. O referido artigo tem como objetivo discutir a omissão em relação aos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes e debater ações na qual a escola, através de práticas educacionais, possa contribuir para o combate dessas agressões.

Por meio do levantamento empreendido e da análise dos artigos acadêmicos verificamos que temos ainda uma maior incidência de pesquisas acerca da história das mulheres, mas ao mesmo tempo observamos um significativo movimento de crescimento das pesquisas que versam sobre a temática de Gênero e Sexualidade.

5. Considerações Finais

O levantamento realizado nas revistas de educação das IES do estado do Paraná revelou que, no espaço temporal 2017 a 2020, há uma predominância de artigos com a

temática da História das Mulheres na educação e poucos na perspectiva de gênero. Tal predominância está em consonância com a produção acadêmica e didática, não obstante termos produções com a perspectiva de gênero, as pesquisas sobre o enfoque da História das Mulheres continuam e são importantes para dar visibilidade as mulheres na história da educação.

Na produção didática também há um maior número de inserções de discussões e de conteúdos na perspectiva da História das Mulheres do que de gênero. Isso se reflete nos documentos normativos que, como mencionamos, foram influenciados pelos movimentos antigênero. A BNCC, que se apresenta como uma delimitadora da qualidade da educação do país, no componente curricular História – Ensino Fundamental, invisibiliza a temática de gênero. Essa lacuna acarreta implicações na educação básica, nas práticas escolares e na formação dos estudantes. De qualquer forma, encontramos artigos que tratam da sexualidade, da diversidade sexual e dos ataques antigênero que o campo dos estudos feministas tem enfrentado. Mesmo assim, o pequeno número indica que há ainda um caminho árduo a ser trilhado pelas pesquisadoras e pelos pesquisadores da área.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais. Brasília, DF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>. Acesso em: 22 de setembro de 2020.

_____. Ministério da Educação. Lei 13.005 de 25 de junho de 2014 (PNE). Diário Oficial da União - Seção 1 – Brasília, DF, Edição Extra, 2014.

_____. Senado Federal. Projeto de Lei nº 193 de 2016. Inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional o “Programa Escola sem Partido”. Brasília (DF): 2015. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/125666>. Acesso em 22 de setembro de 2020.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Base nacional comum curricular. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso em 22 de setembro de 2020.

BRUSTIER, Gaël. France. In: KOVÁTS, Eszter; POIM, Maari (coord.). **Gender as symbolic glue: the position and role of conservative and far right parties in the anti-**

gender mobilizations in Europe. Foundation for European Progressive Studies. 2015. p. 19-39.

BUTLER, J.. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FRANCO, Aléxia Pádua, SILVA JUNIOR, GUIMARÃES, Selva. Saberes históricos prescritos na BNCC para o ensino fundamental: tensões e concessões. **Ensino Em Re – Vista**, Uberlândia, MG | v.25 | n. Especial | p. 1016-1035, 2018.

GUARIZA, Nadia Maria. As relações de gênero e o ensino de História. In: Geysso Germinari e Ana Maria R. Gillies. (Org.). **Ensino de História e desafios contemporâneos**. 1ed.Guarapuava: Editora Unicentro, 2017, v. 1, p. 181-196.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da ideologia de gênero: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Revista Psicologia Política**. V. 17, n. 43, p. 449-502. Set/dez, 18.

PARANÁ. Sexualidade. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento da Diversidade. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. Curitiba: SEED, 2009. 216 p.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). **Cultura histórica em debate**. São Paulo: UNESP, 1995. p. 81-91.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, n. 16, p. 5-22, jul./dez. 1990.

_____. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: editora da Universidade Estadual paulista, 1992.

_____. Usos e abusos do gênero. **Projeto História**, São Paulo, n. 45, p. 327-351, dez, 2012.

SEED. **Dia a dia educação**. Disponível em: <https://anped.org.br/content/anped-e-bncc-luta-resistencia-e-negacao>. Acesso: 17 de set. de 2020.

SEED. **Dia a dia educação**. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1480>. Acesso em: 25 de set. de 2020.

SEFFNER, Fernando. Escola pública e função docente: pluralismo democrático, história e liberdade de ensinar. In: MACHADO, André; TOLEDO, Maria Rita. **Golpes na História e na escola: O Brasil e a América Latina nos Séculos XX e XXI**. São Paulo: Cortez, 2017.

SEFFNER, F., BORRILLO, D., & RIBEIRO, F. B. (2018). Gênero e sexualidade: entre a explosão do pluralismo e os embates da normalização. **Civitas - Revista De Ciências Sociais**, 18(1), 5-9.